

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo

Class.:

267

Data 21 de dezembro de 1978

Pg.:

Ludwig: governo não tem pressa de emancipar índio

Da sucursal de
BRASILIA

A questão da emancipação ou não dos índios é um assunto que "está sendo tratado calmamente" na esfera do governo, segundo o porta-voz do Palácio do Planalto, coronel Rubem Ludwig, que observou ontem: "Mas há quem pretenda transformá-lo em um problema emocional, como se houvesse a intenção de prejudicar o índio no Brasil".

"Que haja má intenção em relação ao índio — observou o coronel —, isso é uma tremenda injustiça. Pelo contrário, há até uma preocupação de conservá-lo, de preservá-lo, de ajudá-lo. Acho que poucos países do mundo, em sua história, têm posição tão positiva em relação ao índio quanto o Brasil. Chegamos a ter um camarada que, referindo-se aos índios, disse: morrer, se preciso for, matar nunca! Rondon disse isso quan-

do em outros países se matavam índios".

A política indigenista, no entender de Ludwig, implica às vezes opiniões divergentes. "Nem sempre há acordo sobre o que se deve ou não fazer. É o caso, por exemplo, da questão da emancipação. O Ministério do Interior elaborou um anteprojeto. É uma idéia, uma sugestão, que está franqueada ao debate público. Essa não era uma reivindicação de muita gente — que as questões, antes de decididas, fossem colocadas em debate?" E acrescentou: "Pois bem, quantos assuntos estão hoje em debate? Coincidência de mandatos, voto distrital, criação de novos partidos, a questão do índio..."

No caso da proposta de emancipação dos índios, não há nada decidido, reiterou o porta-voz. O governo examina o assunto sem pressa, está ouvindo especialistas, antropólogos, examinando-o em bases exclusivamente técnicas.

Quanto às frequentes manifestações contra a medida, Ludwig disse que parece estar havendo o que já ocorreu com outras legislações. "Muita gente é contra, mas você vai perguntar se leram o texto do anteprojeto e respondem que não. Mas são contra. São contra devido às informações que receberam. Mas nem sempre essas informações resultaram de um estudo sereno".

Indagado se as opiniões que se expressam poderiam ser aproveitadas, o coronel respondeu que sim, pois "há tempo para isso, não há nenhum prazo fixado, o próprio ministro do Interior sugere que o assunto fique para o próximo governo".

Ludwig negou que o índio não tenha sido ouvido, alegou que o próprio ministro do Interior os recebeu, entregou-lhes cópia do anteprojeto e pediu-lhes a opinião: "E isso tudo foi mostrado a todo o País pela televisão".

Por fim, reafirmou ter o País um passado de preocupação permanente com o índio. "Que ocorra o fato — disse — de um outro homem lá do interior, um seringueiro ou fazendeiro, ter atrito com índios, isso escapa até à possibilidade de controle por parte do governo."

RANGEL

O ministro Rangel Reis, do Interior, divulgou ontem nota à imprensa, desmentindo as informações de que os estudos referentes regulamentação de alguns dispositivos do Estatuto do Índio, principalmente os relativos à demarcação de terras e emancipação, teriam sido efetuados diante de recomendação do Palácio do Planalto. Entretanto, as notícias publicadas afirmam que Rangel Reis teria pedido à Presidência da República o arquivamento do projeto, porque o assunto ficaria para o próximo governo. Sobre este aspecto, a nota nada esclareceu.

A nota desmente, ainda, que Rangel Reis tenha feito qualquer nova declaração à imprensa sobre a regulamentação destes dispositivos. Reitera, ainda, a informação já transmitida de que os estudos para a regulamentação visam exclusivamente a apoiar o desenvolvimento econômico e social das comunidades indígenas e "vêm sendo examinados, sem qualquer precipitação, acolhendo-se sugestões dos que se propõem, de maneira positiva, a oferecer críticas e subsídios aos objetivos pretendidos".

De acordo com as informações da nota, a oportunidade de aprovação final dessas proposições não é decisão da alçada do Ministério do Interior.